

## **Discurso do Papa Francisco aos participantes do Congresso «Child Dignity in the Digital World»**

Sala Clementina, 14 de novembro de 2019

Majestade, Alteza,  
Autoridades e líderes religiosos,  
Eminências, Excelências,  
Senhoras e senhores,

Agradeço a Sua Alteza o Sheikh Saif Bin Zayed al Nahyan e ao Padre Federico Lombardi pelas suas palavras amáveis de saudação e introdução.

A importância dos temas que tendes à vossa frente, nestes dias, é muito grande. Muitos de vós tendes tratado da temática com empenho e perspicácia ao longo de vários anos. Há dois anos, ao receber os participantes do [Child Dignity in the Digital World Congress](#), encorajei-vos a unir forças para abordardes a questão da proteção efetiva da dignidade das crianças no mundo digital, por que é um problema tão complexo que exige a colaboração de todos: cientistas e tecnólogos, empresários e agentes económicos, legisladores, políticos e responsáveis de segurança, educadores e psicólogos e, principalmente, líderes religiosos e morais (Cfr. [Discurso em 6 de outubro de 2017](#)). Fico feliz que a jornada empreendida tenha continuado com outras iniciativas, incluindo, em particular, a [conferência inter-religiosa em Abu Dhabi](#), há um ano, e que agora será relançada nesta reunião.

A Igreja Católica, nas últimas décadas, após as dramáticas experiências vividas no seu corpo, alcançou uma consciência viva da gravidade do abuso sexual de menores e das suas consequências, do sofrimento que causam, da urgência em curar as suas feridas, de contestar estes crimes com a pena máxima e de desenvolver uma prevenção eficaz. Portanto sente-se obrigada a seguir em frente com clarividência.

Estamos, de facto, diante de questões cruciais colocadas ao futuro da humanidade pelo desenvolvimento vertiginoso das tecnologias da informação e comunicação. Não se pode duvidar que este desenvolvimento, no ambiente digital, oferece novas oportunidades para os menores, para a sua educação e formação pessoal. Permite uma troca mais ampla de experiências, promove também o desenvolvimento económico e oferece novas possibilidades em muitas áreas, incluindo na saúde. As tecnologias abrem novos horizontes, especialmente para os menores que vivem em situações difíceis ou longe dos centros urbanos dos países mais industrializados.

O desafio que temos diante de nós é, portanto, favorecer o acesso seguro dos menores a estas tecnologias, garantindo, ao mesmo tempo, o seu crescimento saudável e sereno, sem serem submetidos à violência criminal inaceitável ou a influências seriamente prejudiciais para a integridades do seu corpo e do seu espírito.

Infelizmente, o uso da tecnologia digital para organizar, encomendar e participar de abusos infantis à distância, mesmo para lá das fronteiras nacionais, está em crescimento rápido, e o combate efetivo destes crimes horríveis parece ser muito difícil, muito mais além do que a capacidade e os recursos das instituições e das forças mandatadas para o seu combate. A disseminação de imagens de abuso ou exploração de menores está a aumentar rapidamente, e referem-se a formas de abuso cada vez mais graves e violentas e a crianças cada vez mais jovens.

A disseminação da pornografia no mundo digital está com um crescimento vertiginoso. Isto por si só é um dado muito sério, resultado de uma perda geral do sentido de Dignidade Humana e,

muitas vezes, ligada ao tráfico de pessoas. O fenómeno é ainda mais dramático devido ao facto de que este material é amplamente acessível, mesmo para menores, pela Internet e, principalmente, pelos dispositivos móveis. A maioria dos estudos científicos concorda em destacar as pesadas consequências que dela derivam para a psique e o comportamento dos menores. São consequências que perduram para toda a vida, com fenómenos de dependência severa, propensão a comportamentos violentos, relacionamentos emocionais e sexuais profundamente perturbados.

É urgente tornar-se cada vez mais consciente do tamanho e da gravidade destes fenómenos. De facto, uma das características do desenvolvimento tecnológico de hoje é que ele nos apanha de surpresa, por que muitas vezes vemos os aspetos mais fascinantes e positivos (que felizmente não faltam), mas depois percebemos as consequências negativas quando já se encontram disseminados e é de muito difícil remedeio. Dirijo-me por isso a vós, estudiosos e pesquisadores: vós tendes uma tarefa fundamental! Precisamos ver claramente a natureza e as dimensões dos perigos que temos de combater. O campo a ser explorado é vasto e complexo. Não se pode cair na ilusão de responder a estes desafios com base em conhecimentos resumidos e superficiais, mas começar a lançar as bases para proteger a dignidade dos menores como um objetivo nobre do vosso trabalho de pesquisa científica.

A tarefa dos operadores também não é menos importante. Precisamos disseminar a consciência dos riscos inerentes ao desenvolvimento tecnológico descontrolado em todas as componentes da sociedade. Ainda não entendemos - e muitas vezes não queremos entender - a gravidade do problema como um todo e as consequências futuras! Isto não pode acontecer sem uma estreita aliança com os media, isto é, convosco, comunicadores e com a vossa capacidade de mobilizar a opinião pública e a sociedade.

Escolhestes, justamente, como tema desta reunião: "Do conceito à ação". De facto, não basta entender, devemos agir. A condenação moral dos danos infligidos aos menores pelo uso indevido das novas tecnologias digitais deve ser traduzida em iniciativas concretas e urgentes. Quanto mais o tempo passa, mais o mal fica enraizado e é de difícil combate. Aqueles que - como muitos de vós - estão generosamente a dedicar as suas vidas nesta batalha em contato direto com o crime e com as vítimas: educadores, policiais, agentes de segurança e muitos, outros testemunham isto.

Um eixo crucial do problema diz respeito à tensão - que eventualmente se torna uma contradição - entre a ideia do mundo digital como um espaço de liberdade ilimitada de expressão e comunicação e a do uso responsável das tecnologias e, portanto, dos seus limites.

A ideia de proteger a privacidade está ligada à proteção da total liberdade de expressão, com formas cada vez mais sofisticadas de criptografia de mensagens, que tornam qualquer controle extremamente difícil ou impossível. Portanto, deve ser encontrado um equilíbrio adequado entre o exercício legítimo da liberdade de expressão e o interesse social para garantir que a media digital não seja usada para cometer atividades criminosas com danos nos menores. Para promover o desenvolvimento da Internet, com os seus muitos benefícios, as empresas que prestam os serviços há muito são consideradas meras fornecedoras de plataformas tecnológicas, não sendo responsáveis nem legal nem moralmente pelo seu uso. O potencial das ferramentas digitais é enorme, mas as possíveis consequências negativas dos seus usos no campo do tráfico de pessoas, na organização do terrorismo, na disseminação do ódio e do extremismo, na manipulação da informação e - devemos insistir - também na área de abuso infantil, podem ser igualmente significativos. Agora, finalmente, a opinião pública e os legisladores perceberam-no. Como podemos ajudá-los a tomar medidas apropriadas para evitar abusos? Permita-me insistir em dois pontos em particular.

Primeiro. A liberdade e a proteção da privacidade das pessoas são bens preciosos, chamados a harmonizar-se com o bem comum da sociedade. As autoridades devem poder agir de maneira eficaz, utilizando os instrumentos legislativos e operacionais adequados, no pleno respeito pelo Estado de Direito e em processo justo, para combater atividades criminosas que prejudicam a vida e a dignidade dos menores.

Segundo. O desenvolvimento vertiginoso do mundo digital vê as principais empresas do setor como protagonistas, que superam facilmente as fronteiras entre os Estados, avançam rapidamente na frente mais avançada do desenvolvimento tecnológico e acumulam enormes recursos económicos. Agora torna-se claro que eles não podem ser considerados completamente estranhos ao uso das ferramentas que colocam nas mãos dos seus clientes. Portanto, é a estes que dirijo hoje o apelo mais urgente na responsabilidade em relação aos menores, a sua integridade e o seu futuro. Sem o total envolvimento das empresas no setor, sem uma plena consciência das repercussões morais e sociais da sua gestão e funcionamento, não será possível garantir a segurança dos menores no contexto digital. Eles não são apenas obrigados a respeitar as leis, mas também a preocupar-se com as direções nas quais se move o desenvolvimento tecnológico e social por eles promovido e provocado, por que este desenvolvimento precede realmente as mesmas leis que buscamos para a regulação.

Embora estes desafios sejam difíceis de superar, há várias áreas de ação. Vou-me limitar a alguns exemplos.

As iniciativas são muito apreciáveis - como, por exemplo, a *Safety by Design*, promovida por uma Comissão do governo australiano -, para que a indústria digital cultive uma abordagem proativa e coerente na segurança do cliente desde o desenvolvimento de produtos e serviços on-line, reconhecendo explicitamente que a responsabilidade por esta segurança, em todos os seus aspetos, deve não apenas recair sobre o próprio cliente, mas também sobre quem projeta, desenvolve e fornece estes produtos e serviços.

Além disto, como ocorre em alguns países, o compromisso dos legisladores deve ser incentivado, pois as empresas que permitem a navegação em dispositivos móveis são obrigadas a verificar a idade dos seus clientes, a fim de impedir que menores acedam aos sites pornográficos. Hoje, de facto, os menores usam principalmente telefones celulares, e os filtros usados nos computadores tornam-se ineficazes. Estudos confiáveis dizem que a idade média do primeiro acesso à pornografia atualmente é de 11 anos e tende a diminuir ainda mais. Isto não é aceitável de forma alguma.

Embora os pais sejam os principais responsáveis pela educação dos seus filhos, deve-se reconhecer que, apesar da sua boa vontade, é cada vez mais difícil controlar o uso que os seus filhos fazem dos instrumentos eletrónicos. Portanto, a indústria deve trabalhar com os pais na sua responsabilidade educativa. A identificação da idade dos usuários não deve, portanto, ser considerada uma violação do direito à privacidade, mas uma premissa importante para a proteção efetiva dos menores.

As possibilidades da tecnologia são sempre maiores. Hoje falamos muito sobre as aplicações da chamada inteligência artificial. A identificação e eliminação de imagens ilegais e nocivas da circulação na rede, usando algoritmos cada vez mais elaborados, é um campo de pesquisa muito importante, no qual cientistas e operadores do mundo digital devem continuar a envolver-se numa nobre competição para se opor ao uso perverso das novas ferramentas disponíveis. Por isso, apelo aos engenheiros de computação para que se sintam pessoalmente responsáveis pela

construção do futuro. Cabe-lhes, com o nosso apoio, envolver-se no desenvolvimento ético de algoritmos, promover um novo campo da ética para o nosso tempo: a "ética do algoritmo".

O desenvolvimento tecnológico e o mundo digital envolvem enormes interesses económicos. A força com que estes interesses tendem a influenciar a conduta das empresas não pode, portanto, ser negligenciada. Atuar pela responsabilidade de investidores e gestores, para que o bem dos menores e da sociedade não seja sacrificado à obtenção do lucro, é, portanto, um compromisso que deve ser incentivado. Como já acontece com a crescente sensibilidade social no campo ambiental ou o respeito pela dignidade do trabalho, também a atenção à proteção efetiva dos menores e o combate à pornografia deve tornar-se cada vez mais presente nas finanças e na economia do mundo digital. O crescimento seguro e saudável da juventude é o nobre propósito pelo qual vale a pena trabalhar e vale muito mais do que o mero lucro económico obtido mesmo perante o risco de fazer mal aos jovens.

Num mundo como o nosso, onde as fronteiras entre os estados são continuamente superadas pela dinâmica criada pelo desenvolvimento digital, os nossos esforços devem assumir a dimensão de um movimento global que une os mais nobres compromissos da família humana e das instituições internacionais para a proteção da dignidade dos menores e de todas as pessoas. É um desafio difícil que nos interpela com novas questões: como defender a dignidade da pessoa e da criança na era digital, quando a vida e a identidade da pessoa estão indissolúvelmente ligadas aos dados de identificação dos quais as novas formas de poder procuram sempre apoderar-se? Como podemos formular princípios e exigências a serem cumpridas por todos no mundo digital globalizado? Estas são perguntas exigentes que nos pedem uma profunda solidariedade por todos aqueles que se envolvem com paciência e inteligência por esta causa no mundo das relações e regulamentações internacionais.

A criatividade e a inteligência do homem são maravilhosas, mas devem ser orientadas na direção positiva do bem integral da pessoa ao longo da sua vida, desde a infância. Todos os educadores, os pais ou mães sabem disto muito bem e devem ser ajudados e apoiados no seu serviço pelo compromisso conjunto de uma nova aliança de todas as instituições e forças educacionais.

Para tal contamos não apenas com a sã razão ética, mas também com a visão e a inspiração religiosa, que têm dimensão universal, porque fundamenta o respeito pela dignidade humana na grandeza e santidade de Deus, o seu Criador e Salvador. Portanto, é bem-vinda a presença de muitos líderes religiosos competentes que pretendem enfrentar estes problemas com solidariedade e corresponsabilidade. Saúdo-os com grande respeito e agradeço-vos de modo sincero. A causa da proteção dos menores no mundo digital, isto é, no nosso mundo hoje e amanhã, deve ver-nos unidos como testemunhas do amor de Deus por cada pessoa, começando pelo mais pequeno e indefeso, para fazer com que todos cresçam, em todas as partes do mundo e em todas as confissões religiosas, na atenção, no cuidado e na conscientização. Queremos proibir a violência e todo o tipo de abuso contra as crianças da face da terra. Olhemo-los nos olhos: são os vossos filhos as vossas filhas, devemos amá-los como obras-primas e filhos de Deus. Tem direito a uma vida boa. Temos o dever de fazer todo o possível para que o tenham.

Agradeço e invoco a bênção de Deus para todos.